



Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 4

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)



Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 4

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em
história 4

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Aline Ferreira Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P737 Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em história 4 / Organizadora Aline Ferreira Antunes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-906-6

DOI 10.22533/at.ed.066211903

1. História. I. Antunes, Aline Ferreira (Organizadora). II. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O livro *Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Metodológicos na Pesquisa em História 2* está dividido em três volumes. Todos os capítulos tratam de temas relacionados à história do Brasil e ou geral.

Organizado em grandes temáticas, as obras trazem discussões sobre história, gênero e sexualidade; ensino de história em todos os níveis (educação infantil, educação básica e ensino superior); pesquisas historiográficas; capítulos sobre lutas pela terra no Brasil; estudos sobre gastronomia (brasileira e árabe); cinema; economia; imprensa; raça; memória; narrativas pessoais e estudos de personalidades; tecnologia; história e ciência, dentre outras temáticas.

Em suma a obra é uma grande possibilidade de descobrir o que se tem de novo e de velho na História, ou seja, os mais diversos trabalhos e temas pesquisados na historiografia.

No volume I encontramos artigos sobre o século XIX e XX no Brasil a respeito do nacionalismo, a construção da sociedade imperial e pensar a identidade nacional a partir de processos migratórios.

Além disto, capítulos dedicados a estudos com fontes de atas de conselhos em Sergipe, problematizações sobre o tráfico africano, fontes cinematográficas, testamentos e até mesmo fontes utilizadas para compreender o reinado de Ramessés III no Egito.

Por fim o primeiro volume se encerra com dois artigos sobre a Idade Medieval, um tratando de Beowulf e outro da Cocanha.

Já no volume II as temáticas mais amplas abarcam pesquisas sobre ensino de história, alguns trabalhos sobre história geral e também gastronomia. Iniciando com trabalhos sobre o PIBID e práticas avaliativas, o segundo volume traz capítulos que versam sobre a construção do processo ensino aprendizagem em História, refletindo sobre os desafios e algumas perspectivas. Além disto, um capítulo sobre a BNCC, atual e articulado às discussões presentes partindo da realidade posta na rede pública.

Em um segundo momento, o volume II traz amplas contribuições a respeito do ensino sobre a África em sala de aula bem como questões étnico-raciais e narrativas em disputa.

Seguindo o modelo do primeiro volume, este se encerra trazendo capítulos que versam sobre as mais diversas fontes de pesquisa em História, como arquivos públicos, periódicos, imprensa, literatura,

O livro termina com algumas reflexões a respeito da história da ciência e pesquisas sobre gastronomia.

O volume III dedica-se a reflexões sobre gênero em sala de aula, representações do feminino, o retrato da mulher na sociedade colonial brasileira, a insubmissão feminina e discursos contra hegemônicos e a sexualidade indígena. Este último capítulo faz a ponte com o tema seguinte: disputas sobre a terra no Brasil e na América do Sul.

Em seguida você encontra capítulos sobre religiosidade, sobre a arte de curar, história e memória e história oral. O livro encerra com artigos sobre a Ditadura civil militar no Brasil (1964-1985) e uma discussão sobre a esquerda brasileira.

Em suma, você tem em mãos três obras organizadas sobre os mais diversos campos, aspectos e áreas da historiografia brasileira e mundial. Aqui você encontrará capítulos que poderão contribuir para enlanguescer as pesquisas em História e também a partilha de experiências docentes nos mais diversos níveis de educação.

Espero que encontre nas leituras dos capítulos embasamento teórico metodológicos, amparo nas pesquisas e que esses capítulos contribuam para enriquecer o campo de ensino e pesquisa em História.

Agora que a profissão historiadora/historiador é regulamentada, precisamos investir ainda mais em pesquisas e divulgação destas pesquisas. Neste sentido a Atena Editora se compromete a dar visibilidade aos mais diversos temas que compõem esta obra dividida em três volumes.

Boa leitura!
Aline Ferreira Antunes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
#EXPOSED: COMO A DISCUSSÃO DE GÊNERO EM SALA DE AULA PODE AJUDAR A COMBATER O ASSÉDIO SEXUAL NAS ESCOLAS	
Ortiz Coelho da Silva	
Janaína Guimarães da Fonseca e Silva	
Francisca Mariana Melo Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0662119031	
CAPÍTULO 2	17
A COMISSÃO ESTADUAL DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (LBA) E A ASSISTÊNCIA À SAÚDE INFANTIL NO PIAUÍ (1942-1945)	
Francilene Teles da Silva Sousa	
Joseanne Zingleara Soares Marinho	
DOI 10.22533/at.ed.0662119032	
CAPÍTULO 3	31
EDUCAÇÃO INFANTIL E FEMINISMO: UM ESTUDO DE CASO	
Paola Camila Branco Lucena	
DOI 10.22533/at.ed.0662119033	
CAPÍTULO 4	37
AS REPRESENTAÇÕES DO FEMININO EM RETRATOS FOTOGRÁFICOS DO ESTÚDIO REUTLINGER NOS TEMPOS DA BELLE ÉPOQUE (1900-1915)	
Marco Antonio Stancik	
Ana Regina Praxedes Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.0662119034	
CAPÍTULO 5	45
A MULHER NA SOCIEDADE COLONIAL BRASILEIRA: UM ENFOQUE EM MINAS GERAIS NO SÉCULO XVIII	
Alex Augusto de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.0662119035	
CAPÍTULO 6	54
A SEXUALIDADE INDÍGENA NAS PERGUNTAS DE UM CONFESSIONÁRIO TUPI NO PARÁ DO SÉCULO XVIII	
Jaqueline Ferreira da Mota	
DOI 10.22533/at.ed.0662119036	
CAPÍTULO 7	79
MULHERES SEM TERRA INSUBMISSAS: REFLEXÕES SOBRE OS FEMINISMOS CONTRA HEGEMÔNICOS EM CONTEXTOS RURAIS EM UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL	
Flávia Pereira Machado	
DOI 10.22533/at.ed.0662119037	

CAPÍTULO 8	94
TERRA OU MORTE: AS DENÚNCIAS DAS FEDERAÇÕES CAMPONESAS E YANACONAS CONTRA AS FAZENDAS E O GOVERNO PERUANO, EXPOSTAS NO JORNAL UNIDAD (1960-1963)	
Marcos Marcial Matos Malpartida	
DOI 10.22533/at.ed.0662119038	
CAPÍTULO 9	107
A CABEÇA BRANCA DA HIDRA E SEUS PÂNTANOS: SUBSÍDIOS PARA UMA GEOGRAFIA DA HISTÓRIA DA AMAZÔNIA MARANHENSE, E PARA NOVAS PESQUISAS SOBRE COMUNIDADES INDÍGENAS, QUILOMBOLAS, E CAMPONESAS	
István van Deursen Varga	
Raimundo Luís Silva Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.0662119039	
CAPÍTULO 10	120
A DIOCESE DE ITAGUAÍ, A LUTA PELA TERRA E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS NO LITORAL SUL FLUMINENSE ENTRE 1970 E 1990	
Maria do Carmo Gregório	
DOI 10.22533/at.ed.06621190310	
CAPÍTULO 11	132
ENTRE A RELIGIOSIDADE E A INSURGÊNCIA: AS SANTIDADES INDÍGENAS NO BRASIL COLONIAL	
Juliana Mary Lourenço	
DOI 10.22533/at.ed.06621190311	
CAPÍTULO 12	144
MUDANÇAS NO CENÁRIO RELIGIOSO BRASILEIRO: A ASCENSÃO DO PENTECOSTALISMO, A REVERBERAÇÃO DA CRISE DO CATOLICISMO E A BUSCA MISSIONÁRIA CATÓLICA POR NOVOS FIÉIS (1950-2000)	
Derllânio Telecio da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.06621190312	
CAPÍTULO 13	154
A ARTE DE CURAR (PRÁTICAS DE CURA) E SUA “CRIMINALIZAÇÃO” EM IRATI E MALLETT- PR - PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	
Henrique Alexandro Senderski	
DOI 10.22533/at.ed.06621190313	
CAPÍTULO 14	163
“O QUE EU ME LEMBRO, EM PRIMEIRO LUGAR, EU NÃO SEI O PORQUÊ... OS AFOXÉS!”	
Alberto Bomfim da Silva	
Edson Farias	
DOI 10.22533/at.ed.06621190314	

CAPÍTULO 15	177
PROJETO DE EDIÇÃO DE LIVRO: MORRO DO PARAMIRIM, A VILA DE BREJEIROS E BARRANQUEIROS	
<i>Maria de Fátima Magalhães Mariani</i>	
<i>Leandro Magalhães Mariani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.06621190315	
CAPÍTULO 16	189
MEMÓRIAS DA FACULDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO (1808-1840)	
<i>Helber Renato Feydit de Medeiros</i>	
DOI 10.22533/at.ed.06621190316	
CAPÍTULO 17	204
NAS TRILHAS DA MEMÓRIA: LEMBRANÇAS ATUAIS DO REPERTÓRIO REPENTISTA DE ZÉ DA PRATA	
<i>Josi de Sousa Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.06621190317	
CAPÍTULO 18	219
VISÕES DE UMA PEREGRINA: OS CAMINHOS ENTRE SAGRADO E PROFANO NA PEREGRINAÇÃO À CIDADE DE DIVINA PASTORA	
<i>Alice Batista Guimarães</i>	
DOI 10.22533/at.ed.06621190318	
CAPÍTULO 19	231
ENTRE A LEI E A TRIBUNA: O INÍCIO DA VIDA PÚBLICA DE JOAQUIM NUNES MACHADO (1834-1837)	
<i>Manoel Nunes Cavalcanti Junior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.06621190319	
CAPÍTULO 20	243
LUIZ AUGUSTO MAY NA CAPITANIA DO GRÃO PARÁ E RIO NEGRO: ESTRATÉGIAS PARA A DEFESA DO DA REGIÃO (1813)	
<i>Myriam Paula Barbosa Pires</i>	
DOI 10.22533/at.ed.06621190320	
CAPÍTULO 21	255
KARL POPPER E A CIÊNCIA HISTÓRICA	
<i>Rafael Cavalheri Peres</i>	
<i>Diego Rodstein Rodrigues</i>	
DOI 10.22533/at.ed.06621190321	
CAPÍTULO 22	263
VELHOS DILEMAS, NOVOS PARADIGMAS: OS IMPACTOS DA DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS EM PESQUISAS SOBRE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA	
<i>Juliano Cabral Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.06621190322	

CAPÍTULO 23	275
O JORNAL <i>A LUTA</i> E O ANIVERSÁRIO DO GOLPE DE 1964 Caio Vinícius Silva Teixeira Claudia Cristina da Silva Fontineles DOI 10.22533/at.ed.06621190323	
CAPÍTULO 24	288
ESQUERDA POSITIVA OU ESQUERDA NEGATIVA? LEONEL BRIZOLA E SAN TIAGO DANTAS DURANTE O GOVERNO JOÃO GOULART (1961-1964) Marcelo Marcon DOI 10.22533/at.ed.06621190324	
SOBRE A ORGANIZADORA	298
ÍNDICE REMISSIVO	299

A CABEÇA BRANCA DA HIDRA E SEUS PÂNTANOS: SUBSÍDIOS PARA UMA GEOGRAFIA DA HISTÓRIA DA AMAZÔNIA MARANHENSE, E PARA NOVAS PESQUISAS SOBRE COMUNIDADES INDÍGENAS, QUILOMBOLAS, E CAMPONESAS

Data de aceite: 01/03/2021

István van Deursen Varga

Graduação em Medicina (UNIFESP, 1983),
Mestrado em Antropologia Social (USP, 1995),
Doutorado/pós-doutorado em Saúde Pública
(USP, 2002/2003)
Universidade Federal do Maranhão
<http://lattes.cnpq.br/4612474672481875>

Raimundo Luís Silva Cardoso

Graduação em Enfermagem (UFMA, 2003),
Mestrado em Saúde e Ambiente (UFMA, 2011)
Universidade Federal do Maranhão
<http://lattes.cnpq.br/5345957310613947>

RESUMO: A geografia e a cobertura vegetal do povoado Cabeça Branca o tornaram de grande importância estratégica e simbólica no encontro interétnico entre grupos Gamela, Ka'apor e quilombolas, no (re)conhecimento de, e troca de informações sobre seus inimigos comuns, na região e no plano nacional, e na deliberação sobre a conveniência do ano de 1867 para um ataque armado conjunto às fazendas de Pinheiro e Viana (num episódio conhecido como a Insurreição de Escravos de Viana), no Maranhão, em função da conjuntura excepcionalmente favorecida pelo deslocamento de tropas, de todo o país e da região, para o front da guerra com o Paraguai. Depoimentos por mim colhidos entre habitantes de Imbiral, comunidade quilombola vizinha a Cabeça Branca, e entre os Ka'apor da Terra Indígena Alto

Turiaçu, reafirmam essa memória comum acerca da conveniência, especialmente das lagoas e rios largos e piscosos da região, frequentados por grupos indígenas e quilombolas (que ali podiam se avistar e se comunicar a distância segura para evitar eventuais ataques mútuos a flecha), para o estabelecimento de contatos e início de relacionamentos interétnicos amistosos. (este trabalho foi apresentado e publicado, inicialmente, nos Anais do 30º Simpósio Nacional de História, realizado na Universidade Federal de Pernambuco, em Recife/PE, de 15 a 19 de julho de 2019).

PALAVRAS-CHAVE: Quilombolas, indígenas, alianças interétnicas.

ABSTRACT: The geography and vegetation cover of the Cabeça Branca settlement made it of great strategic and symbolic importance in the interethnic encounter between Gamela, Ka'apor and quilombolas groups, in their mutual acquaintancing and exchanging of information about their common enemies, in the region and at the national level, and in the deliberation on the convenience of the year 1867 for a joint armed attack on the Pinheiro and Viana farms (in an episode known as the Viana Slave Insurrection), in Maranhão, due to the situation exceptionally favored by the displacement of troops, from all over the country and the region, to the front of the war with Paraguay. Testimonies collected by us from the inhabitants of Imbiral, a quilombola community close to Cabeça Branca, and among the Ka'apor of the Alto Turiaçu Indigenous Land, reaffirm this common memory about the convenience, especially of the wide and

fishy lagoons and rivers of the region, frequented by indigenous groups and quilombolas (who could see and communicate each other at a safe distance avoiding possible mutual arrow attacks), for the establishment of contacts and the beginning of friendly interethnic relationships. (this paper was initially presented and published in the Proceedings of the 30th National Symposium on History, held at Universidade Federal de Pernambuco, in Recife/PE, in July 15-19, 2019).

KEYWORDS: Quilombolas, indigenous peoples, interethnic alliances.

A importância geopolítica da região hoje denominada estado do Maranhão, para as então potências europeias, devia-se, no período colonial, às conveniências que sua costa oferecia ao acesso das embarcações provenientes do Atlântico Norte. Essa importância mede-se pelas intenções do projeto francês de, já no século XVII, ali fundar a chamada “França Equinocial”. Os franceses permaneceram no Maranhão de 1612 a 1615, quando foram expulsos pelos portugueses.

A inicialmente denominada Capitania do Maranhão foi instituída por Dom João III, então *Rei de Portugal e Algarves*, em 11 de março de 1535. Em 13 de junho de 1621 era renomeada e promovida a Estado do Maranhão, por sua vez renomeado Estado do Maranhão e Grão-Pará em 1654, Estado do Grão-Pará e Maranhão em 1751, vindo a ser novamente subdividido, em 1772, no Estado do Maranhão e Piauí, e no Estado do Grão Pará e Rio Negro. Em 1774, era novamente renomeado e tornado à condição de Capitania do Maranhão. Renomeada Província do Maranhão, em 28 de fevereiro de 1821 e, finalmente, Estado do Maranhão, em 1889.

Este Maranhão desempenhou, desde o início da colonização portuguesa, o papel de “porta de entrada” de várias frentes de expansão dessa sociedade em formação sobre a Amazônia. São Luís se tornou, por mais de um século, a base política e logística, portanto, de todo o planejamento das conquistas portuguesas de territórios a oeste, pela Amazônia afora.

Durante o período colonial, o povoamento da Amazônia (inclusive de sua porção maranhense) deu-se ao longo das faixas e corredores formados pelas principais vias de transporte: o mar e os rios.

A estratégia de conquista e consolidação de territórios adotada pelos portugueses, durante o século XVII, foi a do povoamento numa faixa acessível por mar, ao longo do litoral: assim deram-se as sucessivas fundações de São Luís (1612) e Alcântara (1648).

A região atualmente denominada Amazônia Maranhense inclui uma faixa de terra a noroeste do Maranhão, à fronteira com o atual estado do Pará – o interflúvio entre os rios Gurupi e Turiaçu – cuja administração esteve a cargo da então Capitania, depois Estado do Grão-Pará e Estado do Pará, de 1772 a 1852 (cuja fronteira com o Estado do Maranhão definia-se, na época, pela calha do rio Turiaçu), quando passou à administração da Província do Maranhão, e se estabeleceu a fronteira (que até hoje vigora), com o do Pará, na calha do rio Gurupi.

Alguns primeiros relatos conhecidos sobre a formação e/ou presença de quilombos no então Estado do Maranhão-Grão Pará referiam-se, com destaque, à região das matas entre as bacias dos rios Gurupi e Turiaçu, e datam do início do século XVIII, fazendo alusão a comunidades ali estabelecidas já de longa data, o que sugere que tenham se formado ao final do século XVII¹.

Ao longo da última década do século XVII, enquanto as frentes de expansão açucareira e algodoeira expandiam-se na foz do Itapecuru (onde havia sido fundada Rosário, em 1716) e interiorizavam-se, tomando o curso do rio acima (onde, em 1730, havia sido fundada Caxias), proliferariam as revoltas, fugas e reagrupamento de escravos africanos em torno dos quilombos, por todo o Brasil e pelo Maranhão-Grão Pará.

Do mesmo modo, mais especificamente na região em questão, intensificava-se a formação de redutos e comunidades quilombolas de escravos fugidos das fazendas e engenhos de cana-de-açúcar do litoral de Santa Helena, para as matas das cabeceiras e do alto curso do rio Turiaçu.

No contexto da intensificação da repressão às rebeliões de escravos, a Ordem Régia de 1699 isentava de punição legal àqueles que matassem quilombolas; tornava-se, assim, cada vez mais perigoso, para negros livres, habitar em regiões ermas, pois poderiam ser confundidos com quilombolas.

No Maranhão registrava-se, em 1700, a presença de vários quilombos nas matas de Codó, nos vales do Turiaçu e no alto Mearim.

Face às notícias de descoberta de ouro pelos quilombolas, no leito do rio Maracaçumé, a Carta Régia de 31 de maio de 1730 determinava que “...os povos desta Capitania não se entendessem com minas, e se aplicassem à agricultura, que é o que mais lhes convinha.” (MARQUES 1970, p. 498). Esse ouro era utilizado, pelas comunidades quilombolas, em trocas por alguns artigos indispensáveis aos quilombos (entre os quais a pólvora), juntos às vilas e comerciantes regionais (CLEARY, trad. MALM, 1992).

Na segunda metade do século XVIII, grandes levas de vaqueiros provenientes do Ceará e da Bahia foram atraídos ao então Estado do Grão-Pará e Maranhão. Esse processo de migração à região passa a ser incentivado pelas políticas de governo, a fim de forçar a integração da Província ao modelo de produção baseado no latifúndio, na pecuária extensiva e na monocultura (da cana-de-açúcar e do algodão).

Ao final da primeira década do século XIX (1810) intensificavam-se as fugas de grupos de escravos africanos das colônias no litoral para as matas do Turiaçu, ali formando vários quilombos (que, por sua vez, deram origem a localidades que até hoje existem: Itamauari, Camiranga, Chega-Tudo, Jibóia, Limão, Cipoeiro).

Também em meados do século XIX, outros grupos indígenas para lá migraram a partir do leste, da região dos rios Pindaré e Caru (*Tenetebara*), e do oeste, da região do baixo Tocantins (*Awa*, *Ka'apor*).

1. Gomes, F.S., 1997.

Há indícios históricos de que esses indígenas e quilombolas cultivaram relações amistosas; por muitas décadas, a aliança entre eles manteve afastadas daquelas matas as expedições de desbravamento e retaliação organizadas pela sociedade envolvente (CLEARY, trad. MALM, 1992).

Essa proximidade cultural entre os quilombolas e os *Ka'apor* pode ser identificada nas flechas *Ka'apor*, na época, confeccionadas com pontas de metal (tecnologia quilombola).

Em 1815, Frei Luís Zagalo, vindo de Caiena, chegava a Belém, divulgando o ideário da revolução francesa, inclusive entre os escravos, dando início a um processo de efervescência política que culminaria na revolta da Cabanagem, em 1835 (cf. DI PAOLO, 1985).

Alastrando-se rápida e profundamente ao longo da rede de rios e “furos” amazônicos, a Cabanagem assumiu grandes proporções e chegou a tomar o poder nas maiores vilas e povoados, inclusive na capital, Belém. A maioria dos grupos cabanos rebelados rendia-se em 1840, e suas principais lideranças também foram anistiadas, mas foram obrigadas a cumprir degredos de vários anos em outras cidades.

Dadas as diferenças já então marcantes entre os tecidos das relações sociais desenvolvidas no Maranhão e no Pará, a Cabanagem teve desdobramentos muito diferentes dos da Balaiada: no Pará, o missionismo capuchinho e a economia extrativista propiciaram a consolidação de um convívio mais intenso, menos desigual e mais pacífico entre índios e regionais, de modo que as alianças entre os diversos grupos rebelados adquiriu uma capilaridade muito maior, ao longo dos rios, permitindo a grande e rápida difusão do movimento e aumento de seus contingentes, com massiva participação dos índios.

Neste período, grandes grupamentos de índios *Ka'apor* e vários grupos menores de *Awa*, provenientes da margem direita da bacia do Amazonas, no movimento de fuga dos conflitos da Cabanagem, atravessaram o rio Gurupi e vieram instalar-se também nas matas das cabeceiras e alto curso do Turiaçu.

Os chamados “Urubu-*Ka'apor*” (autodenominados “*Ka'apor*”, “habitantes da mata”), assim como os chamados “Guajá” (auto-denominados *Awa*, “gente verdadeira”) são grupos que se supõe descenderem do que teria sido, até o início do século XVI, um complexo mais homogêneo de vários grupos do tronco linguístico Tupi, habitantes da região do baixo Amazonas. Os sucessivos massacres e as epidemias, que marcam a história das campanhas portuguesas e brasileiras de conquista da Amazônia, teriam causado sua grande redução populacional, com muitos casos de extinção de grupos inteiros e a dispersão dos sobreviventes, ao longo dos séculos seguintes².

De acordo com o que pesquisas etno-históricas puderam apurar até o momento, os *Awa* e os *Ka'apor* habitavam a região do baixo Tocantins e médio Moju (atual Estado do Pará) quando, em meados do século XIX, buscando terras mais tranquilas e a salvo dos

2. Gomes, M.P., 1989.

conflitos ligados, à época, à Cabanagem, iniciaram um longo período de migração para o leste³.

Os *Ka'apor* teriam ocupado os afluentes da margem direita do Gurupi, e seu interflúvio com a bacia do rio Turiaçu (Maranhão), durante a segunda metade do século XIX, instalando-se no topo dos montes e nas cabeceiras dos igarapés.

Os *Tenetebara* (sempre fugindo, inicialmente dos portugueses caçadores de escravos, depois dos fazendeiros e senhores de engenho, do servilismo e do controle praticado pelos jesuítas em seus aldeamentos), em meados do século XIX, diante da frente pecuarista, que tendo já tomado todo o sul do Maranhão passava a se expandir rumo ao norte, decidem por uma grande cisão histórica: parte dos *Tenetebara* migraram para as matas do oeste, enquanto os demais permaneceram ocupando os vales e o interflúvio entre os rios Mearim e Grajaú (*Guajajara*), expondo-se, assim, às conseqüências de um convívio mais precoce com a frente pecuarista e as demais sucessivas frentes de expansão da sociedade envolvente.

Os *Tenetebara* (*Tembé*), vindos do médio e alto curso do rio Pindaré, afastando-se da frente pecuarista em expansão pelo sul, ocuparam as margens dos rios Turiaçu e Gurupi, mais propícias à lavoura, tornando-se, assim, vizinhos dos *Ka'apor*, dos *Awá* e das comunidades quilombolas espalhadas pelas matas da região. Tendo optado por terras de mais fácil manejo para a agricultura, os *Tembé* tornaram-se mais suscetíveis à sedentarização e ao contato permanente com a sociedade envolvente, enquanto os *Awa* e *Ka'apor* prosseguiram nômades (“arredios”, segundo o órgão indigenista oficial de então).

Em 1838 iniciava-se no Maranhão, a Balaiada. A rebelião se desencadeou no vale do Itapecuru (em que, à época, cerca de 80% da população era de escravos africanos – cf. SANTOS, 1983), tendo como principais líderes Manuel Francisco dos Anjos Ferreira (o “Balaio”), o vaqueiro Raimundo Vieira Gomes Jutai e o negro liberto Cosme Bento das Chagas (que se intitulou “Imperador e Tutor das Liberdades Bem-te-vis”), que comandaram a ocupação a cidade de Caxias, onde estabeleceram um governo provisório (exigindo a revogação da lei que organizara a Guarda Nacional, processo regular para os presos políticos, anistia para os rebeldes, e expulsão dos portugueses natos). O processo rapidamente se expandiu para o Piauí e o Ceará e, para sufocá-lo, foi enviado ao Maranhão o então Coronel Luís Alves de Lima e Silva.

O Cel. Luís Alves de Lima e Silva recorreu a diversas táticas, no bojo de uma estratégia que visava, basicamente, dividir e isolar as forças rebeladas: acenar com a perspectiva de anistia aos fazendeiros e políticos envolvidos, promover o isolamento dos quilombolas liderados por Cosme Bento das Chagas (utilizando-se do temor que despertavam junto aos próprios fazendeiros rebelados – cf. SANTOS, 1983), e o aliciamento dos *Guajajara* do Pindaré, através da instalação da Colônia São Pedro do Pindaré, para evitar que se somassem ao movimento e para configurar um território de segurança no vale deste rio. O

3. Sales, 1993.

movimento foi definitivamente sufocado em 1841, com a retomada da cidade de Caxias, o que valeu ao Cel. Luís Alves de Lima e Silva o título de Barão de Caxias.

O ano de 1840 representou um marco na retomada, já no contexto imperial, do incremento da política clientelística para com os *Guajajara*, herdada do período pombalino. Neste ano, o Tenente-Coronel do Imperial Corpo de Engenheiros, Fernando Luis Ferreira, foi enviado ao baixo Pindaré, pelo Coronel Luís Alves de Lima e Silva (futuro Barão e Duque de Caxias, então no comando das tropas que combatiam a Balaiada), para elaborar e colocar em execução um “plano de civilização” para os *Guajajara*, visando assegurar a defesa da região contra incursões dos rebelados, e que os índios não viessem a aderir a eles. Este plano resultou na criação da Colônia São Pedro do Pindaré (Marques 1970, p. 206). Várias outras “colônias” viriam a ser criadas nos anos seguintes, abrangendo outros grupos *Guajajara*: Colônia Januária (1854), Aratauhy Grande, Palmeira Torta e Dous Braços (entre 1870 e 1873).

A Cabanagem constituiu-se, no entanto, num movimento de envergadura muito maior que a Balaiada, e os cabanos, à diferença do que ocorreu no Maranhão, chegaram a tomar o poder na capital e da Província. Há várias estimativas quanto ao número de mortos na Balaiada. O próprio Cel. Luís Alves de Lima e Silva registrou suas estimativas, em seu relatório de passagem do comando das armas e da presidência da Província, em 13 de maio de 1841 (num discurso que expressava as representações da elite local de fazendeiros, reafirmada em sua hegemonia pela vitória da “Divisão Pacificadora do Norte”, sob seu comando):

“Se calcularmos em mil os seus mortos pela guerra, fome e peste, sendo o número dos capturados e apresentados durante o meu governo de quatro mil, e para mais de três mil os que reduzidos a fome e cercados foram obrigados a depor as armas depois da publicação do decreto da anistia, temos pelo menos oito mil rebeldes; se a estes adicionarmos três mil negros aquilombados sob a direção do infame Cosme os quais só de rapina viviam, assolando e despovoando as fazendas, temos onze mil bandidos, que com as nossas tropas lutaram, e dos quais houemos completa vitória. Este cálculo é para menos e não para mais: toda esta província o sabe.” (citado por ALMEIDA, A. W. B, 1983, pp. 94-95)

Há consenso quanto ao fato do número de vítimas e do impacto econômico e político da Balaiada terem sido muito menores que os da Cabanagem. DI PAOLO (1985, p. 352), estima em mais de 30.000 o número de mortos na revolução Cabana, quando a população de toda a Amazônia estava estimada, na época, em cerca de 100.000 pessoas (e a de Belém, em cerca de 15.000 pessoas).

Sempre citado como um dos maiores focos de escravatura brasileiros, sobretudo dos chamados “Trato da Alta Guiné” e “Trato da Costa da Mina”⁴, no Maranhão, a entrada de escravos africanos dava-se, além do porto de São Luís e das frentes pecuaristas vindas

4. ALENCASTRO, 2000, p. 250.

do leste e sudeste (da Bahia em direção à Vila de Aldeias Altas de Caxias), também pelos portos de Turiaçu e arredores, que se constituíram numa das mais importantes regiões de desembarque do tráfico clandestino de escravos⁵, perdurando muito ativa mesmo após a Lei Euzébio de Queirós, de 1850, que proibira seu tráfico transatlântico. Isso resultou que, nessa região, também se formasse grande número de combativas comunidades quilombolas, que terminaram por se encontrar e/ou confrontar com grupos *Ka'apor*, *Timbira* e *Tenetehara* que, à mesma época, buscaram abrigo e perambulavam pelas mesmas matas⁶.

Estes encontros frequentemente resultavam em escaramuças, por vezes verdadeiras chacinas, especialmente entre os *Ka'apor* e grupos quilombolas, estes buscando se (re) agrupar após os ataques das tropas do governo enviadas para destruí-los, aqueles buscando demarcar e desintrusar seu território na região. Os *Tenetehara* e os *Timbira* optaram por evitar estes confrontos e atravessaram o Gurupi, fixando-se, inicialmente, em sua margem esquerda, rapidamente aliando-se e miscigenando-se com as comunidades quilombolas já ali estabelecidas (inclusive em fuga dos ataques *Ka'apor*), como na de Itamoary⁷.

Entre 1850 e 1885, no contexto da aplicação da “Lei de Terras” e do ciclo da borracha (1850-1912)⁸, configurava-se o 3º surto político-econômico no Maranhão e no Pará, ao longo do qual a administração imperial, no Maranhão, buscou reafirmar a vocação agrícola da província, reorganizando e incrementando sua produção, enquanto, no Pará, os investimentos deram-se na expansão do extrativismo amazônico, em grande escala (re-impulsionado pelo primeiro ciclo da borracha), e na consolidação de Belém como centro comercial intermediário da Amazônia com o capital internacional.

Em meados do século XIX, talvez buscando se afastar das batalhas e escaramuças promovidas pelas campanhas militares contra as comunidades quilombolas na região, os *Tembé* atravessavam o rio Gurupi, passando a habitar terras do estado do Pará (cf. Sales, 1993).

Em 1853 consumava-se a destruição dos quilombos nas matas do Turiaçu e na comarca do Alto Mearim e, ao longo de toda a segunda metade do século XIX, recrudesceram, no Maranhão, a repressão e os ataques aos quilombos, enquanto aprofundava-se o sentimento elitista e racista (sobretudo anti-africano) também na sociedade maranhense, hegemônica pelos fazendeiros: este sentimento expressa-se, por exemplo, nas descrições dos grupos indígenas arredios e populações livres dos sertões (caboclos e quilombolas), frequentemente caracterizados como “fascinorosos” a viver na “ociosidade” e na “indolência”, nos documentos e nas várias “memórias” sobre a província,

5. contingentes estes não quantificados nas estatísticas publicadas por diversos autores – cf. CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO, SOCIEDADE MARANHENSE DE DIREITOS HUMANOS, 2002.

6. SALES, *op. cit.*; GOMES, F.S., *op. cit.*

7. *Idem*; *ibidem*.

8. Em 1839 Charles Goodyear desenvolvera o processo de vulcanização, e o aumento da demanda por borracha no mercado internacional já fazia-se sentir no Para e no Maranhão; o pico da demanda ocorreria, no entanto, a partir de 1888, com a expansão da indústria automobilística e a invenção do pneu de borracha (COELHO, 1991, p. 84).

produzidas por diversos autores, ao longo do século XIX (ALMEIDA, A.W.B. 1983, pp. 36, 170)⁹.

Enquanto as políticas de desenvolvimento praticadas pelos sucessivos governos brasileiros, desde o I Império, continuavam a atrair ao Maranhão levas de lavradores nordestinos, nos rastros da boiada, a aplicação da Lei de Terras de 1850 e a consolidação e expansão do modelo agrário praticado no Nordeste – latifundiário, das monoculturas destinadas à exportação (cana de açúcar e algodão, sucessivamente) e da pecuária extensiva – gerou um quadro social alarmante, com o desalojamento e expulsão de milhares de lavradores sem-terra da região.

Em 1853, o governo da Província e suas elites retomavam a guerra sistemática aos quilombos nas matas do Turiaçu e na comarca do Alto Mearim.

A partir de 1860, a desorganização na produção e exportação dos algodoados do sul dos Estados Unidos, em consequência da Guerra de Secessão (1860-65), alavancava um novo e curto surto algodoeiro no Maranhão, que entrava em recesso logo da reorganização da cotonicultura americana, já em 1872 (ALMEIDA, A.W.B., 1983, p. 159). O novo surto algodoeiro no Maranhão seria acompanhado, ao longo da década, por vários levantes indígenas e pelo recrudescimento da guerra com os quilombola.

IMBIRAL E CABEÇA BRANCA

Apresentamos, a partir deste ponto, uma síntese de resultados de pesquisas de campo recentes, publicados, em 2019, na Revista de História¹⁰.

Flávio dos Santos Gomes intitulou sua tese de doutorado sobre quilombos e mocambos no Brasil (séc. XVII-XIX)¹¹ com a expressão “A Hidra e os pântanos”, por referência à alegoria ao mito grego da Hidra de Lerna (derrotada por Hércules no pântano em que habitava), utilizado no despacho do Ministério da Justiça ao Presidente da Província do Maranhão, datado de 21 de agosto de 1867, para referir-se às redes de comunicação e alianças estabelecidas entre quilombolas, indígenas e seus colaboradores na região, que ele recomendava fossem urgentemente aniquiladas “por meio de ferro e fogo” e lhes fossem removidas as cabeças¹².

A representação enviada pela Câmara Municipal de Pinheiro ao Presidente da Província, em 15/7/1867, menciona explicitamente o “lugar Cabeça Branca” como principal foco da rebelião quilombola-indígena que se avizinhava:

9. o auto do bumba-meu-boi do Maranhão também reproduz fielmente esse sentimento, a estrutura, e as correlações entre os estamentos da sociedade agrária maranhense, no bojo do sistema de “patronagem” ou “clientelismo” que a vem caracterizando desde meados do século XVIII (época em que, segundo consta, surgia o folgado): o preto Chico, ladino, para atender aos caprichos de sua mulher grávida, Catirina (que desejou comer língua de boi), mata o melhor boi do patrão. O fazendeiro envia os vaqueiros e batalhões de índios a seu serviço no encalço de Chico. Os índios e os vaqueiros prendem e espancam Chico que, depois de apanhar bastante, termina sendo poupado e perdoado pelo sempre bom e belo patrão.

10. rev. hist. (São Paulo), n.178, a07217, 2019 <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2019.138543>.

11. Subtítulo de sua tese.

12. GOMES, F.S. *op. cit.*, p. 193.

Este município (...) jamais supôs que tão de próximo pudesse temer a invasão de malfetores, em que soem ser convertidos os escravos, quando desenfreados abandonão os lares de seus senhores, e o que hé mais que este mal fosse ainda agravado pelo receio de igual invasão por parte dos índios Gamelas, que demorando no lugar Cabeça Branca deste município, além das trepolias que cometem quase diariamente nas proximidades da sua residencia, ameação a cada momento invadir esta Villa.¹³

As pesquisas que vimos desenvolvendo indicam que esta localidade foi, efetivamente, de grande importância na construção da aliança que se estabeleceu entre grupos e comunidades quilombolas, Gamela e *Ka'apor* na região, como veremos a seguir.

A geografia e a cobertura vegetal de Cabeça Branca a tornaram estratégica para este encontro interétnico entre grupos Gamela, *Ka'apor* e quilombolas, no (re)conhecimento de, e troca de informações sobre, seus inimigos comuns na região e no plano nacional, e na deliberação sobre a conveniência do ano de 1867 para um ataque armado conjunto às fazendas de Pinheiro e Viana, em função da conjuntura excepcionalmente favorecida pelo deslocamento de tropas de todo o país e da região para o *front* da guerra com o Paraguai.¹⁴

Conforme depoimentos por nós colhidos em Imbiral¹⁵ (comunidade vizinha a Cabeça Branca), o nome se deve a uma “encantaria” que ali apareceria frequentemente, à noite, à entrada de um emaranhado de braços de lagoa e igarapés, no atualmente denominado povoado Imbiral Cabeça-Branca: uma misteriosa esfera branca, pouco maior que uma cabeça humana, que pairava a cerca de dois metros de altura sobre as águas dos igarapés e dessa grande lagoa de margens sinuosas, acidentadas e cheias de vegetação alta, habitada por gigantescas sucuris, criando ali um ambiente assustador e de fortes “visagens”, conforme me informaram seus moradores.¹⁶ O nome Imbiral derivaria da grande quantidade que também ali havia de árvores com casca, das quais os indígenas e quilombolas retiravam as “enviras” (tiras das cascas mais resistentes) para os mais diversos usos. Essa lagoa formava uma barreira natural aparentemente intransponível para as expedições militares vindas de qualquer direção para atacar as comunidades ali instaladas.

Ainda segundo esses depoimentos de habitantes de Imbiral, várias comunidades quilombolas (entre as quais São Benedito do Céu, seu centro de referência, como na Insurreição de Viana)¹⁷ e indígenas (Gamela e *Ka'apor*) se distribuíam e conviviam às

13. REPRESENTAÇÃO da Câmara Municipal de Pinheiro ao Ilm^o. e Exm^o. Sr. Dr. Franklin Américo de Menezes Doria, presidente da Província, em 15 de julho de 1867. Doc. Avulso. Arquivo Público do Estado do Maranhão (idem, p. 59-60).

14. GOMES, F. S., *idem*, p. 358, 359, 441.

15. Depoimentos colhidos em atividades de campo realizadas nos projetos Comunidades quilombolas e indígenas entre as bacias dos rios Turiaçu e Gurupi: construindo agendas comuns, pela qualidade de vida, e Qualidade de vida e controle da hipertensão arterial em comunidades quilombolas no Maranhão, ambos com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

16. Arquivos em vídeo do projeto Qualidade de vida e controle da hipertensão arterial em comunidades quilombolas, no Maranhão. Entrevista registrada em vídeo com sra. Servina Silva (filha do sr. Olegário Meireles que será mencionado em depoimentos citados adiante, inclusive colhidos por outros autores) e Luís Carlos Teixeira (conhecido como Luís Lopes), realizada na Unidade Escolar Boa Esperança da comunidade Imbiral, em Pedro do Rosário/MA, aos 27 de dezembro de 2015. Núcleo de Extensão e Pesquisa com Populações e Comunidades Rurais, Negras, Quilombolas e Indígenas (NuRuNI). Apoio Fapema. Edital Fapema 006/2015 TECS.

17. cf. ARAÚJO, M., 2014.

margens desse emaranhado de igarapés e da lagoa, partilhando dos produtos da caça e da pesca, e de grandes pomares e roças comuns, afamadas à época (especialmente a de fumo e a de café), comunicando-se, miscigenando-se, realizando atividades produtivas (entre elas, segundo Sr. Luís Carlos Teixeira, os Gamela e Ka'apor ajudavam no trato do cafezal dos quilombolas, os quilombolas no trato do fumaça dos Gamela e Ka'apor)¹⁸, rituais religiosos e ações militares conjuntas – e rápidos e silenciosos deslocamentos em massa, quando necessário, por meio de passagens camufladas por baixo da vegetação, de um lado a outro da lagoa, na dependência da direção de que vinham os inimigos.

Os batedores da tropa para lá enviada em 1874 com o objetivo de exterminar os quilombos denominados Braço do Laranjal e São Sebastião, formados pelos fugitivos da destruição de São Benedito do Céu, localizaram, nas imediações das ruínas deste, uma longa trilha com sinais de que ainda vinha sendo utilizada pelos quilombolas, que chegava à beira do rio Tury no lugar denominado Pedreiras, dali dando rápido acesso aos lagos de Capivari e de Viana¹⁹ – o que reafirma a conveniência da geografia da região para abrigar o centro tático da Insurreição de Viana.

Segundo depoimentos colhidos em Imbiral,²⁰ a sapopemba de uma grande laranjeira às margens da lagoa, à qual se dependurava uma barra de ferro (na localidade atualmente denominada Pau Ferrado), servia de instrumento de emissão do aviso de chegada de visitantes ou de alerta na aproximação de forças inimigas – avisos recebidos e retransmitidos, à distância, em outra localidade, ainda hoje denominada Escuta. As maneiras como se percutiam as raízes da árvore com a barra de ferro indicavam tanto a presença de visitantes atravessando a lagoa como a direção, o tamanho e o tipo de ameaça a caminho – e as direções que deveriam ser tomadas, portanto, como rota de fuga ou pelas forças de retaguarda e contra-ataque. Foram provavelmente estes dispositivos de camuflagem, conjugados a vários outros, arranjados/adaptados pelos quilombolas e indígenas em Cabeça Branca e em outros locais de seus territórios, que permitiram a rápida evacuação prévia dos habitantes de São Benedito do Céu nos sucessivos ataques das tropas enviadas para destruí-lo,²¹ frustrando seu principal objetivo: cortar as cabeças da “Hydra”, aprisionando ou matando todos os seus líderes.

Conforme depoimentos que colhemos em Imbiral,²² as comunidades

18. Arquivos em vídeo do projeto Qualidade de vida e controle da hipertensão arterial em comunidades quilombolas no Maranhão. Entrevista registrada em vídeo com Luís Carlos Teixeira, realizada na Unidade Escolar Boa Esperança da comunidade Imbiral, em Pedro do Rosário/MA, aos 27 de dezembro de 2015. Núcleo de Extensão e Pesquisa com Populações e Comunidades Rurais, Negras, Quilombolas e Indígenas (NuRuNI). Apoio FAPEMA. Edital Fapema 006/2015 TECS.

19. Cf. GOMES, F.S., *op. cit.*, p. 359.

20. Arquivos em vídeo do projeto Qualidade de vida e controle da hipertensão arterial em comunidades quilombolas no Maranhão. Entrevista registrada em vídeo com sr. Luís Carlos Teixeira, realizada na Unidade Escolar Boa Esperança da comunidade Imbiral, em Pedro do Rosário/MA, aos 27 de dezembro de 2015.

21. Conforme relatam ARAÚJO, 2014, e GOMES, F.S., *op. cit.*

22. Arquivos em vídeo do projeto Qualidade de vida e controle da hipertensão arterial em comunidades quilombolas no Maranhão. Entrevista registrada em vídeo com Luís Carlos Teixeira, realizada na Unidade Escolar Boa Esperança, da comunidade Imbiral, em Pedro do Rosário/MA, aos 27 de dezembro de 2015. Núcleo de Extensão e Pesquisa

indígenas/quilombolas ali instaladas deram origem aos seguintes atuais povoados: Jandiá (originalmente formado por quilombolas e Gamela), Roque (formado por Gamela e quilombolas), Capoeira Grande (formado por Ka'apor, com presença de pajé/feiticeiro), Imbiral (formado por Gamela e quilombolas), Cabeça Branca (formado por quilombolas e Ka'apor), Limeira (formado por Gamela com os por eles chamados “índios fule”, descendentes de Ka'apor e quilombolas) e Pimenta (formado por indígenas vindos posteriormente do Amazonas, de etnia desconhecida, trazidos pelos portugueses para trabalhar em seus canaviais), onde teria havido um grande cafezal em localidade chamada Três Furos.

Estes depoimentos reforçam outros, por nós colhidos entre os Ka'apor da Terra Indígena Alto Turiaçu²³, reafirmando essa memória comum de relatos de antepassados acerca da conveniência, especialmente das lagoas e rios largos e piscosos da região, frequentados por grupos indígenas e quilombolas (que ali podiam se avistar e se comunicar a distância segura para evitar eventuais ataques mútuos a flecha) para o estabelecimento de contatos e início de relacionamentos interétnicos amistosos.

Além do convívio amistoso entre quilombolas e indígenas, do acesso comum e fácil à pesca, caça, produtos de coleta e minas de ouro (cuja produção lhes permitia comprar itens essenciais como pólvora, sal, facas e armas, de comerciantes locais), da miscigenação e de cooperação no trato de roças e em estratégias militares conjuntas, experimentados, sobretudo, em São Benedito do Céu – as muitas “casas de santo” ali encontradas e em vários outros quilombos destruídos (como em São Sebastião e em Limoeiro, algumas contendo, inclusive, artefatos indígenas e plantas de uso sagrado e/ou medicinal em seus “assentamentos”), atestam a vitalidade e a profundidade dessas alianças e de seus produtos culturais como registra a descrição de 24 de janeiro de 1878 de João Manoel da Cunha, comandante da primeira expedição militar enviada para exterminar o quilombo Limoeiro:

(...) têm 91 casas, em cada uma morando três, quatro e cinco pretos com suas mulheres e filhos, e tem mais duas casas destinadas à oração, a que chamam casas de santos; sendo uma com imagens de Santos, e outra onde encontramos figuras extravagantes feitas de madeira, cabaças com ervas podres e uma porção de pedras de que em tempos muito remotos os indígenas se serviam como machados, as quais a maior parte dos mocambeiros venera com a invocação de Santa Bárbara, porém, não passa tudo isto de uma casa de pajés.²⁴

com Populações e Comunidades Rurais, Negras, Quilombolas e Indígenas (NuRuNI). Apoio Fapema. Edital Fapema 006/2015 TECS.

23. Arquivos em vídeo do projeto Comunidades quilombolas e indígenas entre as bacias dos rios Turiaçu e Gurupi, construindo agendas comuns, pela qualidade de vida. Entrevista registrada em vídeo com Valdemar Ka'apor, aos 24 de fevereiro de 2015, na então casa de apoio da Associação Ka'apor Ta Hury do rio Gurupi, em Zê Doca/MA. Núcleo de Extensão e Pesquisa com Populações e Comunidades Rurais, Negras, Quilombolas e Indígenas (NuRuNI). Apoio Fapema (Edital Fapema 022/2013 AEXT).

24. Relatório de João Manoel da Cunha sobre a primeira invasão do quilombo Limoeiro, 24 de janeiro de 1878. *Apud* GOMES, F.S., *op. cit.*, p. 427-428.

O capitão Feliciano Xavier Freire Jr., comandante da segunda expedição militar enviada para exterminar os remanescentes do primeiro ataque ao quilombo Limoeiro, em 22 de maio de 1878, descreveu o que designou como “festa de pajés” que teria ali presenciado de um esconderijo, antes do início do ataque, em que seu então líder, Estevão, em transe, retransmitia revelações de Santa Bárbara.²⁵

Darcy Ribeiro registrou e comentou, em vários pontos de Diários Índios, que os Ka’apor teriam perdido seus próprios pajés e pajelança, buscando-os, na época, entre os Tembê/Tenetehara²⁶ – comentário que me parece válido até nossos dias: os Ka’apor têm recorrido, atualmente, a um terreiro de pajelança²⁷ em um dos municípios da Baixada. Já os Gamela de Imbiral, ao contrário, mantém viva sua pajelança. Meu principal interlocutor nesta comunidade, Sr. Luís Carlos Teixeira, “trabalha com pajelança”, com barracão ali instalado e longa história de muitos serviços demandados e prestados a pessoas e comunidades na região e em várias outras do estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSTAS

Visitamos pessoalmente as ruínas de São Benedito do Céu, acompanhados de Sr. Luís Carlos Teixeira e de um de seus filhos: estão tomadas pela mata, mas os esteios das casas e algumas das trilhas antigas utilizadas por índios e quilombolas ainda são bem visíveis, e podem ser facilmente recuperadas. Ainda se encontram vestígios do antigo cafezal dos quilombolas e do fumaça dos índios, inclusive.

Além desses esteios, e das trilhas e vestígios de antigas roças, a geografia toda daquele território também está permeada de história e de acidentes de grande interesse, como rapidamente descrevemos acima.

Por estes motivos, a exemplo do que a Universidade do Estado da Bahia conseguiu realizar em Canudos/BA (transformando a localidade num museu a céu aberto e em atração cultural e turística, de excelentes qualidades), entendemos ser perfeitamente factível realizar algo semelhante em Imbiral-Cabeça Branca (associando, por exemplo, a ideia de um museu a céu aberto com iniciativas de turismo histórico e ecológico: a região está repleta de trilhas, que percorrem pontos de grande interesse), dada a enorme importância histórica, cultural e ecológica da localidade (importância comparável à do Memorial Palmares, no atual estado de Alagoas), tanto para os movimentos negro e quilombola, como para o movimento indígena no estado do Maranhão – sobretudo na vigência de um

25. *Idem*, p. 428.

26. RIBEIRO, 1996, p. 419, 486-487, 600.

27. Trata-se da religião de matriz afro-brasileira, não do xamanismo indígena. Cf. FERRETTI, Mundicarmo Maria Rocha, Tambor, maracá e brincadeiras de negro do Maranhão na virada do século XIX e início do século XX. In: *Idem* (org.). *Um caso de polícia! Pajelança e religiões afro-brasileiras no Maranhão 1876-1977*. São Luís: Editora da Universidade Federal do Maranhão, 2015, p. 13-34; MOTA, Christiane. *Pajés, curadores e encantados – pajelança na Baixada Maranhense*. São Luís: Editora da Universidade Federal do Maranhão, 2009.

Governo de Estado que se pretende popular e vocacionado a estes segmentos sociais.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luís Felipe. **O Trato dos Viventes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão**. São Luís: IPES, 1983.

ARAUJO, Mundinha. **Insurreição de escravos em Viana – 1867**. 3ª edição. São Luís: Maria Raymunda Araujo, 2014.

CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO, SOCIEDADE MARANHENSE DE DIREITOS HUMANOS. **Projeto Vida de Negro. Terras de Preto no Maranhão: quebrando o mito do isolamento**. São Luís: CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO, SOCIEDADE MARANHENSE DE DIREITOS HUMANOS, 2002.

CLEARY, David (trad.: Malm, Virgínia Rodrigues). 1992. **A garimpagem de ouro na Amazônia: uma abordagem antropológica**. – Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

COELHO, Maria Celia Nunes 1991. **Socioeconomic impacts of the Carajás railroad in Maranhão, Brazil**. Syracuse: Syracuse University/Department of Geography (mimeo – tese de doutorado).

DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem - a revolução popular na Amazônia**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1985.

GOMES, Flávio dos Santos. **A Hidra e os Pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XVII-XIX)**. 1997. Tese (Doutorado) - UNICAMP, Campinas, 1997

GOMES, Mércio Pereira. **O povo Guajá e as condições reais para sua sobrevivência**. Mimeo, Rio de Janeiro: mimeo, 1989.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Fon-Fon/Seleta, 1970.

RIBEIRO, Darcy. **Diários Índios: os Urubus-Kaapor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SALES, Noêmia Pires. **Pressão e resistência dos índios Tembê-Tenetehara do alto rio Guamá e a relação com o território**. Belém: União das Escolas Superiores do Pará/Diretoria de Pesquisa, 1993.

SANTOS, Maria Januária Vilela. **A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão**. São Paulo: Ática, 1983.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afoxés 163, 164, 166, 167, 169, 170, 173, 174

Amazônia Maranhense 107, 108

Assédio Sexual 1, 2, 3, 7, 8, 15, 16

B

Belle Époque 37, 38, 43, 44, 161

Brasil 2, 7, 14, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 27, 28, 29, 33, 34, 36, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 61, 65, 72, 73, 74, 76, 78, 81, 85, 89, 92, 93, 109, 114, 119, 120, 122, 124, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 158, 163, 165, 173, 175, 182, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 195, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 220, 221, 230, 231, 233, 255, 265, 266, 269, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 290, 292, 293, 294, 295, 296, 297

C

Camponeses 93, 94, 95, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 106, 127

Comunidades 79, 80, 86, 87, 88, 89, 94, 95, 99, 101, 103, 107, 109, 111, 113, 115, 116, 117, 118, 120, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 184

Cura 145, 150, 154, 155, 156, 157, 159, 161, 162

D

Decolonial 79, 80, 81, 84, 90, 91, 93

Diocese 77, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 177, 178, 180, 186

Ditadura Militar Brasileira 263, 297

E

Educação Infantil 31, 32

Ensino de História 298

Escolas 1, 3, 7, 12, 14, 15, 16, 20, 25, 81, 87, 119, 146, 147, 166, 184, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 282

Esquerda 113, 280, 288, 289, 291, 294, 295, 296, 297

Estudo de Caso 1, 3, 31, 32, 35, 126

Exposed 1, 2, 3, 7, 9, 12, 13, 14, 15, 94

F

Federações Camponesas 94

Feminismo 31, 32, 33, 34, 35, 36, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93

G

Gênero 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 44, 46, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 217, 265, 298

Geografia 76, 107, 115, 116, 118, 187, 298

H

História 1, 7, 17, 28, 29, 30, 32, 36, 37, 38, 44, 45, 46, 52, 53, 54, 77, 78, 79, 81, 87, 90, 91, 92, 93, 105, 107, 110, 114, 118, 119, 124, 130, 131, 132, 136, 152, 154, 155, 162, 163, 165, 167, 168, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 192, 194, 203, 205, 206, 207, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 242, 255, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 264, 270, 271, 273, 274, 275, 281, 282, 283, 287, 288, 289, 297, 298

I

Indígenas 55, 56, 59, 60, 68, 72, 74, 75, 76, 80, 83, 89, 90, 107, 109, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 123, 127, 132, 134, 136, 139, 140, 141, 169, 170, 171, 173, 180

Insurgência 132, 141

L

Luta pela Terra 79, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 91, 92, 103, 120, 121, 123, 125, 128, 129, 130

M

Medicina 24, 27, 28, 55, 76, 107, 156, 157, 158, 159, 161, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203

Memórias 113, 131, 167, 182, 189, 206, 208, 216, 263, 266, 267, 269, 272

P

Paradigmas 263, 264

Pentecostalismo 144, 145, 148, 149, 150, 151, 153

Peregrina 219, 224, 227

Q

Quilombolas 80, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 123, 125

R

Religião 48, 72, 88, 118, 120, 130, 131, 133, 135, 137, 140, 142, 144, 148, 151, 152, 153, 172, 173, 175, 220, 222, 226

Religiosidade 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 167, 169, 171, 173, 176, 219, 222, 225

Repentista 204, 205, 206, 214, 216

Representações 37, 38, 44, 54, 78, 80, 112, 154, 161, 163, 164, 165, 168, 169, 173, 174,

175, 177, 182, 185, 204, 219, 229, 276, 278, 280

Retratos Fotográficos 37, 38, 39, 43, 44

S

Sala de Aula 1, 2, 3, 7, 10, 12, 14, 15, 31, 205

Saúde 1, 7, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 100, 107, 147, 156, 158, 159, 161, 187, 189, 190, 191, 192, 196, 203, 211, 284

Sexualidade 3, 4, 6, 7, 15, 32, 33, 45, 47, 48, 50, 53, 54, 76, 78, 81, 83, 84, 91, 92

Sociedade Colonial 45, 52

V

Vida Pública 126, 173, 231

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 4

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 4